



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PELA EM GEOGRAFIA**

MAYNARA OLEGÁRIO DE SANTANA

**LUTA E CONQUISTA PELAS TERRAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO
ASSENTAMENTO DE SANTA LÚCIA, NO MUNICÍPIO DE ARAÇAGI/PB**

**GUARABIRA
2023**

MAYNARA OLEGÁRIO DE SANTANA

**LUTA E CONQUISTA PELAS TERRAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO
ASSENTAMENTO DE SANTA LÚCIA, NO MUNICÍPIO DE ARAÇAGI/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Licenciatura plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Área de concentração: Espaço Agrário: reorganização espacial e relações de trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Diego Pessoa Irineu de França.

**GUARABIRA
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S233I Santana, Maynara Olegário de.
Luta e conquista pelas terras dos agricultores familiares no Assentamento de Santa Lúcia, no município de Araçagi/PB [manuscrito] / Maynara Olegário de Santana. - 2023.
32 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Diego Pessoa Irineu de França ,
Coordenação do Curso de Geografia - CH. "

1. Agricultura familiar. 2. Subsistência. 3. Luta. I. Título

21. ed. CDD 910

MAYNARA OLEGÁRIO DE SANTANA

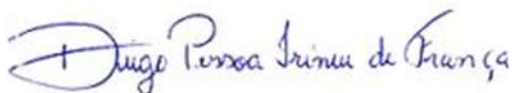
LUTA E CONQUISTA PELAS TERRAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO
ASSENTAMENTO DE SANTA LÚCIA, NO MUNICÍPIO DE ARAÇAGI/PB

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso
de Licenciatura plena em Geografia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito à obtenção do título de Licenciada
em Geografia.

Área de concentração: Espaço Agrário:
reorganização espacial e relações de
trabalho.

Aprovada em: 05/12/2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Diego Pessoa Irineu de França (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Elton Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Regina Celly Nogueira da Silva
Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

Dedico todo meu trabalho aos meus pais,
pela força e dedicação. Devo tudo a vocês.

“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem” (ROSA, 2019, p. 273).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa da cidade de Araçagi-PB	18
Figura 2 –	Vista de cima do Assentamento de Santa Lúcia	19
Figura 3 –	Mapa do Assentamento de Santa Lúcia	20
Figura 4 –	Lista das primeiras pessoas na luta	24
Figura 5 –	Santa missa em Santa Lúcia, a comemoração de seu aniversário e a casa na qual as reuniões eram feitas	26
Figura 6 –	Plantação de banana, de macaxeira, de abacaxi e o Rio Quandú	27

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Dados referente aos estabelecimentos da agricultura familiar e o sexo dos produtores entre 2006 e 2017.....	14
Tabela 2 – Produção das principais lavouras de acordo com os anos de 2006 e 2017.....	14

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1	Questão agrária	11
2.2	Subsistência	14
3	LUTA PELA TERRA	15
4	OS PROCESSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	17
4.1	Caracterização, <i>lócus</i> e sujeitos da pesquisa	17
4.2	A conquista pela terra	20
4.3	Produção da agricultura familiar: desafios dos agricultores na subsistência	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	REFERÊNCIAS	28
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA	31

PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO DE SANTA LÚCIA, NO MUNICÍPIO DE ARAÇAGI/PB: A RELEVÂNCIA DA SUBSISTÊNCIA NA AGRICULTURA FAMILIAR

Maynara Olegário de Santana*

RESUMO

A presente pesquisa tem como principal objetivo apresentar a história da luta e da conquista pela posse da terra dos agricultores familiares do assentamento de Santa Lúcia, no município de Araçagi-PB. Nesse viés, no que tange à metodologia, esse estudo se caracteriza como uma pesquisa documental de cunho bibliográfico, uma vez que foi utilizado como método uma pesquisa documental fundamentada em dados secundários, primários e bibliográficos. Dessa maneira, para dar maior solidez à pesquisa, consideramos estudiosos e documentos da área, a saber: Breitenbach (2018), Hurtienne (2004), Sorj (1986), Mello (2016), Piccin (2012), França; Melquesedeque (2012), Censo Agropecuário (2006, 2017), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2021), entre outros. Desse modo, a partir da observação e da análise dos relatos dos agricultores locais sobre a história que permeia as posses de terra em Santa Lúcia, Araçagi-PB, percebemos ser de suma importância estudar sobre os camponeses e suas vivências. Nessa perspectiva, estudos nessa área contribuem socialmente, visto que ressaltam a importância dessa classe trabalhadora. Assim sendo, percebemos como o sustento de várias famílias dependem do ofício dos agricultores, pois há trabalhadores que utilizam os próprios alimentos cultivados e outros vendem os frutos do seu trabalho para o mercado, contribuindo para abastecer os estabelecimentos agrícolas no Brasil.

Palavras-Chave: Agricultura familiar; Subsistência; Luta.

ABSTRACT

The present research aims to fight family farmers for their space, learn about the history of the place researched, understand the importance of family farming, present the difficulties faced by farmers, present the types of products in this place, understand the importance of sustenance of family farmers and bring a map of the area studied. Furthermore, to begin the work, documentary research based on secondary, primary and bibliographic data was used as methods. Where the location explored was the Santa Lúcia Settlement, in the municipality of Araçagi-PB, which was based on reports experienced by farmers in the place itself. Furthermore, studying peasants is of paramount importance for society, as they are the ones who depend on the support of several families who use their own food, as well as those who are sold to the market, in which they are responsible for a large part of the agricultural establishments in Brazil.

Keywords: Family farming; subsistence; fight; agrarian question.

* Licencianda do curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), campus III. E-mail: aynaraolegario2015@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a agricultura representa o meio de sustento de muitas famílias. Nesse sentido, são inúmeras as pessoas que têm como base de sobrevivência o trabalho na terra, cenário em que destacamos a chamada agricultura familiar. Por meio desse trabalho, uma parcela notável dos brasileiros tira seu sustento do campo, graças às plantações, das quais podemos citar como exemplos o coentro, a couve, a macaxeira, a batata, entre outros. Nesse contexto, muitas vezes, a colheita é realizada para consumo próprio, mas também há quem plante para vender esses e outros produtos nas chamadas feiras de rua ou para exportação. Diante dessa realidade, percebemos como o trabalho dos agricultores desempenha um papel essencial para a vida da população brasileira.

Em vista disso, a motivação para a produção do presente estudo surgiu a partir do contato pessoal com a agricultura familiar, tendo em vista que parentes próximos — especialmente uma tia — tinham como principal sustento o trabalho na terra. Essas vivências nos proporcionaram observar de perto como o trabalho dos agricultores representa uma parte de extrema importância para a sociedade brasileira, sendo necessário que isso seja de conhecimento de mais pessoas.

Com efeito, o objetivo geral desse estudo é apresentar a história da luta e da conquista pela posse da terra dos agricultores familiares do assentamento de Santa Lúcia, no município de Araçagi-PB; e os específicos: identificar os tipos de produtos cultivados nesse local; compreender a importância do sustento dos agricultores familiares; verificar a extensão do espaço territorial e sua ordem de ocupação e, por fim, apresentar as dificuldades frequentes enfrentadas pelos agricultores, em relação aos usos devidos de insumos agrícolas.

Ao compreendermos que poucos são os estudos que mostram a realidade vivenciada pelos lavradores brasileiros, essa pesquisa justifica-se por sua relevância ao mostrar as dificuldades que essa categoria enfrenta para conseguir exercer seu ofício, bem como a importância social que os agricultores têm para a sociedade brasileira. Isso posto, destacamos que são grupos de pessoas da mesma família que tem como intuito a produção familiar, seja para plantar, colher e vender para seu próprio consumo ou para a importação desses alimentos. A partir desse trabalho notável, os alimentos vão direto para as mesas das pessoas.

Para o fundamento dessa pesquisa, recorreremos a autores da nossa área de estudo. Nesse cenário, destacamos as contribuições de Breitenbach (2018), Hurtienne (2004) e Sorj (1986), no que diz respeito à subsistência da agricultura familiar, Mello (2016) e Piccin (2012), com relação aos assentamentos, Martins (2001), Miralha (2006), Veiga (1991) França; Melquesedeque (2012), para compreendermos a questão agrária e o desenvolvimento agrícola, bem como se utilizou o Censo Agropecuário (2006, 2017) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2021).

Para atingirmos os objetivos propostos, a presente pesquisa estabeleceu como metodologia uma pesquisa documental, baseando-se em dados secundários, primários e bibliográficos. De acordo com Marconi; Lakatos (2002), uma das características da pesquisa documental é sua restrição da coleta de dados a documentos, que sejam escritos ou não, fomentando, assim, as fontes primárias. Estas podem ser recolhidas no momento ou depois em que o fato ou o fenômeno ocorre. Ainda segundo as autoras, a pesquisa bibliográfica — ou de fontes secundárias — abrange a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. Ademais, vale ressaltar que a pesquisa também se caracteriza como

qualitativa, visto que faz uso de relatos de trabalhadores do ramo da agricultura familiar. Sendo assim, esse trabalho busca servir como um apoio teórico de reflexão sobre a relevância social da agricultura e dos agricultores.

A presente pesquisa conta com a participação de pessoas que estão diretamente ligadas ao *lócus* da nossa pesquisa, isto é, o Assentamento de Santa Lúcia. Nesse sentido, optamos por realizar entrevistas com moradores dessa região que participaram do processo de luta e de posse das terras em questão, para que pudéssemos compreender de maneira mais aprofundada como tudo ocorreu.

Tendo em vista que alguns participantes já são idosos, realizamos as perguntas que estão presentes em nosso questionário¹, mas deixamos os entrevistados à vontade para relatarem as histórias e, conseqüentemente, suas perspectivas sobre tudo que enfrentaram e alcançaram durante e após a luta pela posse de terras.

Nesse viés, as perguntas foram norteadoras, porém as respostas ocorreram de maneira bastante espontânea por parte dos participantes, os quais se mostraram muito satisfeitos em participar. Vale ressaltar, ainda, que esse momento foi realizado de maneira oral, e as falas dos entrevistados foram gravadas e transcritas para esse estudo. Para manter a privacidade não só dos entrevistados, como também das pessoas citadas por eles, utilizamos outras nomenclaturas para identificar os entrevistados e ocultamos os nomes presentes nas falas dos participantes.

Portanto, esse trabalho divide-se em cinco partes. Além desse tópico introdutório, temos a segunda parte, na qual mostramos o referencial teórico utilizado em nossa pesquisa, retratando a subsistência e a luta pela terra de direito dos camponeses. Em seguida, expomos a posição da questão agrária no Brasil referente aos proprietários. Ademais, em nossos processos metodológicos, caracterizamos a pesquisa, o *lócus* e os sujeitos envolvidos. Ainda nesse tópico, apresentamos os dados obtidos e a trajetória de luta pela terra. Na quinta parte, concluímos o pensamento da pesquisa. Por fim, trazemos as referências utilizadas e, no Apêndice A, o questionário base para a realização do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Questão agrária

A desigualdade social e a concentração fundiária marcam a sociedade brasileira desde sua origem durante o processo de colonização portuguesa. Nesse contexto de colonização, instaurou-se o Regime de Sesmaria, o regime de posse da terra vigente em Portugal transplantado para o Brasil. Nesse cenário, “A distribuição das terras em sesmarias foi responsável tanto pelo caráter privado que adquiriu a propriedade da terra, quanto pela criação dos alicerces da grande propriedade que caracteriza o sistema açucareiro (Moreira; Targino 1997, p. 48). Sendo assim, nesse regime, o agricultor tinha o direito de posse, enquanto o rei (ou o Estado) mantinha o domínio das terras. No entanto, no período de colonização, apenas os brancos, considerados “puros de sangue”, e católicos tinham o direito à posse da terra, ao passo que os escravos, os índios, os judeus, entre outros não tinham o mesmo direito. Diante disso,

¹ Conferir Apêndice A.

os senhores de engenho, que eram “puros”, obtinham uma grande área para plantar cana-de-açúcar, enquanto a maioria da população não tinha o direito da posse pela terra, pois eram escravos e índios. O modelo colonial no Brasil se constituiu por meio de três componentes fundamentais na organização social, quais sejam: a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo (Miralha, 2006 p. 152, grifos do autor).

Essa desigualdade de terras evidencia a problemática das desigualdades sociais extremas naquela época. Nesse cenário colonial, as classes baixas eram vistas, apenas, como mão de obra, visto que essas pessoas não possuíam sequer o direito de adquirir terras.

É importante salientar que, durante o período colonial, a produção familiar, mesmo que ocupando um lugar subalterno na sociedade brasileira, teve uma grande importância para o Brasil naquela época, pois,

enquanto as grandes propriedades estavam preocupadas em produzir açúcar para o mercado internacional, os produtores familiares produziam os produtos alimentícios (feijão, mandioca, milho, etc.) necessários à alimentação da população (Miralha, 2006, p. 153).

Diante desse processo de colonização, o governo, com a elite representada pelos grandes fazendeiros da época, criou a Lei de Terras, na qual só seria possível comprar terras em dinheiro. De acordo com Miralha (2006):

A Lei de Terras de 1850 foi uma solução encontrada pela elite brasileira para manter inalterada a estrutura agrária, impedindo o acesso livre a terra por parte da população pobre que era maioria, e conseguir trabalhadores livres para as lavouras de café, pois o Estado brasileiro já estava planejando a imigração de europeus, para substituir o trabalho escravo que estava prestes a ser abolido (p. 153).

Isso posto, entendemos que, mesmo com essa lei, permaneceu inviável para as classes baixas possuírem terras, haja vista que, mesmo se os escravos fossem livres, eles não teriam condições para comprar esses espaços. Nesse sentido, o trabalho deles para a elite, especialmente nas lavouras de café, seria perpetuado, já que o café era a maior produção daquela época. Tal lei foi criada porque a abolição da escravidão estava prestes a acontecer e, desse modo, os escravos não teriam alternativas nem condições para prosseguirem suas vidas após a abolição. Nesse contexto, segundo Martins (1997, p. 12),

[...] surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação. A questão agrária foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra.

O surgimento da questão agrária, a qual tinha como intuito distribuir terras para aqueles que não tinham condições financeiras para comprá-las com o dinheiro exigido pela Lei de Terras, serviu para apoiar e fazer valer o direito dos pobres em ter sua propriedade. Essa ideia vai de encontro com o imposto pela Lei de Terras, a qual favorecia apenas a elite, sendo esta a maioria presente naquela época. Conforme Miralha (2006), a pressão exercida pelos movimentos sociais, em conjunto com os

agricultores, tornou-se a principal razão para a execução da reforma agrária no Brasil na década de 1960.

Sendo assim, em toda a história brasileira, o governo (na figura do Presidente João Goulart) estava realmente interessado em promover a reforma agrária. De acordo com Sorj (1986, p. 23),

As mobilizações no período do Governo João Goulart adquiriram características de confrontamento e polarização crescentes, levando à unificação de grande parte da burguesia em torno do golpe de Estado que se contrapunha ao movimento reformista, cortando, portanto, as perspectivas da transformação da estrutura fundiária a partir de um processo de mobilização popular.

A partir disso, percebe-se que a reforma agrária não foi aceita pela elite, uma vez que essa parcela da população perderia a mão de obra barata. Por isso, a elite tentou impedir a continuação desse processo que se mostrou de suma importância para os necessitados.

Nesse cenário, a recorrente reforma agrária é bastante significativa para diversas famílias que não têm condições financeiras de obter uma propriedade rural. Tal reforma concede a muitos familiares o direito de adquirir seu próprio imóvel, e, hoje, ela possui uma grande importância, principalmente, no âmbito social.

Dessa forma, é unânime entre os estudiosos favoráveis à reforma agrária a sua importância social como uma política de distribuição de renda e de inclusão social, “desafogando” pequenos arrendatários, parceiros, meeiros e minifundiários. Nesse sentido, ela proporciona

a oportunidade de uma grande parte de pessoas que estão nas periferias das grandes cidades, excluídas do mercado de trabalho e que foram expulsas do espaço rural nas décadas de 1960/1970 migrando para as cidades, em decorrência da cruel modernização conservadora e da industrialização do país, voltarem para o campo, agora com as condições para produzir de maneira viável, resgatando assim sua dignidade (Miralha, 2006 p. 164).

No que tange à questão econômica da reforma agrária, segundo Miralha (2006), atualmente, diversos intelectuais brasileiros compreendem que essa reforma não importa economicamente para o país, mas tem relevância como política social que favorece pessoas que sofreram exclusão e opressão por parte das elites latifundiárias. Nesse sentido, é importante salientar a importância como a questão agrária foi favorável para a Paraíba, visto que, de acordo com Amarante *et al.* (2019) foi viável na questão de terras que foram atribuídas aos projetos de assentamentos na Paraíba, realizou-se a partir das desapropriações de terra.

Sendo assim, no cenário atual, muitos agricultores possuem suas próprias terras para plantações, gerando, assim, seu sustento familiar; por isso, em muitos casos, eles deixam a zona urbana e voltam para a zona rural.

Nesse viés, percebemos o constante desenvolvimento/evolução, no decorrer do tempo, da agricultura familiar. Com base nisso, a tabela abaixo representa os estabelecimentos rurais entre os anos 2006 e 2017, bem como destaca a diferença entre o número de agricultores do sexo masculino quando comparado às mulheres agricultoras.

Tabela 1 – Dados referente aos estabelecimentos da agricultura familiar e o sexo dos produtores entre 2006 e 2017

Ano	Estabelecimentos	Masculino	Feminino
2006	4.367.902	81%	12%
2017	5.073.324	87%	18%

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário, 2006 e 2017.

A partir de tais dados, podemos observar que os estabelecimentos rurais, em 2017, tiveram um aumento relevante, com uma diferença de quase 1 milhão, se comparado ao ano de 2006. Dessa forma, notamos a ampliação dos números de produtores familiares desde então. Já em relação ao sexo dos produtores, a tabela mostra o crescimento da mulher no campo no ano de 2017. Nesse contexto do campo, a tabela 2 mostra a produção dos principais produtos agrícolas entre 2016 e 2017, conforme o Censo agropecuário.

Tabela 2 – Produção das principais lavouras de acordo com os anos de 2006 e 2017

Produção	2006	2017
Algodão herbáceo	2.491.586	3.747.411
Soja	46.195.843	103.156.254
Milho	41.427.610	88.099.621
Arroz	9.687.838	11.056.718
Cana-de-açúcar	407.466.569	638.689.874
Feijão (preto de cor e fradinho)	3.088.082	2.144.423
Café	2.421.478	2.030.467

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006 e 2017.

Com base nas informações acima, o ano de 2017 mostra o grande crescimento das lavouras, principalmente na produção de soja e de cana-de-açúcar. Tal aumento se dá com a modernização/evolução da agricultura no decorrer do tempo, no qual o agronegócio se torna o responsável, direta ou indiretamente, por esse acréscimo.

2.2 Subsistência

A agricultura familiar é um dos assuntos mais importantes no Brasil, pois esse ramo da agricultura é bastante diversificado, principalmente no que tange à subsistência da agricultura familiar. Por essa razão, esse projeto versa sobre os conhecimentos acerca da agricultura e dos agricultores familiares em relação ao assentamento de Santa Lúcia, localizado no município de Araçagi-PB. Segundo Breitenbach (2018),

a agricultura é um setor de importância econômica e social para o Brasil, já que gera emprego e renda no campo. Além disso, é responsável pela produção de parte dos alimentos para a população e pela geração de divisas no que se refere ao mercado internacional (p. 54).

Nesse sentido, a relevância da agricultura para os indivíduos é de suma importância tanto para consumo próprio quanto para a sustentabilidade financeira, visto que esse trabalho produz recursos importantes, fornecendo alimentos que vão direto para as mesas dos cidadãos brasileiros, bem como para fora do país. Além disso, é importante destacar que a “agricultura familiar tem ainda uma característica

essencial que é a produção de alimentos para a subsistência familiar, ou seja, sua reprodução” (Breitenbach, 2018, p. 56). Dessa maneira, a produção de alimentos gerados pela agricultura familiar fornece o sustento de inúmeras famílias na zona rural, mas especificamente em locais que, muitas vezes, outras fontes de renda não geram lucro necessário para o sustento familiar.

Nesse sentido, é importante acentuar que as atividades dos agricultores permitem que as famílias consigam viver a partir de suas produções, de forma que dure por muitos anos (Hurtienne, 2004). Dentro do cenário da agricultura familiar, há uma variação de produtos, pois o cultivo não é limitado a um único alimento. Como exemplos, podemos citar a mandioca, o feijão, o milho, o leite, a batata, entre tantos outros. Diante disso, a agricultura se torna um conjunto misto de produção e de cultura, já que permite a socialização da família tanto na área rural quanto na urbana, logo o trabalho dos agricultores não está baseado apenas nas questões econômicas, pois também envolve a cultura (Martins, 2001). Nesse contexto, a agricultura familiar se trata de uma cultura passada de geração em geração pelos indivíduos de uma mesma família.

3 LUTA PELA TERRA

A questão da luta pela terra diz respeito à luta sobre territórios. Nesse viés, notamos que essa batalha, nesse contexto, refere-se aos camponeses/trabalhadores que ocupam um terço de terra que, há muito tempo, foi conquistado como território fundamental para a existência dessas pessoas. Em meio aos obstáculos enfrentados por esses indivíduos, há propósitos que eles buscam alcançar, isto é, eles lutam visando causas que, de modo expressivo, impactam tanto a vida dos próprios agricultores quanto da sociedade brasileira, pois os objetivos estão ligados ao cultivo de produtos alimentícios que são indispensáveis à manutenção dos seres humanos. Em virtude disso, é importante destacar que:

É em decorrência deste conjunto de razões, que teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas (Oliveira, 2001, p. 189).

Nesse contexto, torna-se importante destacar o papel dos chamados assentamentos, os quais “são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto[...]” (Oliveira, 2001, p. 194). Nessa direção, Piccin (2012) aponta dois aspectos importantes para os agricultores — assentados: “a) como a propriedade familiar se articula com o modo de produção capitalista e b) as características internas do grupo doméstico relacionadas com o trabalho e recursos socioculturais” (p. 118).

Isto é, ambos aspectos se situam na política, economia e na cultura, já que os produtos gerados pela agricultura familiar, de certo modo, geram uma produção capitalista. Isso ocorre, porque esse trabalho interfere diretamente no ambiente cultural em direção à realidade de cada grupo social. Conforme a atualização mais recente do INCRA (2021), o lote de terra é designado a uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições financeiras de possuir um imóvel rural. Vale enfatizar

que a reforma agrária dá uma posição para os agricultores referente à moradia e à produção alimentar para os indivíduos da zona rural.

Conforme Girard; Fernandes (2018),

As ocupações constituem um momento da luta pela terra. Como resposta às ações dos movimentos socioterritoriais, os governos criam assentamentos rurais que, em princípio, constituem conquista da terra. Os assentamentos significam uma nova etapa da luta: o processo pela conquista da terra. Ainda é necessário conquistar condições de vida e produção na terra; resistir na terra e lutar por um outro tipo de desenvolvimento que permita o estabelecimento estável da agricultura camponesa (p. 76-77).

Nesse cenário, a luta pelas terras e o direito de frutificar suas próprias alimentações geraram manifestações por parte dos trabalhadores, criando esse movimento na reforma agrária. É importante esclarecer que eles não tiveram nenhum tipo de orientação referente ao plantio ou sobre a boa qualidade do solo, o que dificultou o processo de estabelecimento desses indivíduos nas terras que tanto almejavam. Sendo assim,

A luta dos trabalhadores marca uma etapa para que o acesso à terra não seja negado, num país onde a concentração fundiária que ainda permanece alarmante [...] o ganho da terra representa por isso, uma substituição de uma propriedade a terra compreendida enquanto negócio [...] terra de trabalho, que constitui em um território de vida (França, 2020, p. 128-129).

No período colonial, o ambiente agrário foi alvo de muita exploração, já que, financeiramente falando, as pessoas dependiam prioritariamente dele. Como consequência, os indivíduos de classes baixas eram vistos como mão de obra barata, visto que a elite se aproveitava das necessidades dessas pessoas para obter cada vez mais lucro. Diante desse fato, a exploração desse espaço agrário, no decorrer em que se modifica, tem sofrido alterações ao longo do tempo até os dias atuais (França; Melquesedeque, 2012). Ainda de acordo com os autores,

Essa realidade não é uma coisa nova, tem suas origens arraigada na forma de ocupação e exploração do território nacional desde o período colonial até os dias atuais. Um processo que percorre toda a história do Brasil e se mostra aos contemporâneos como um problema a ser resolvido tendo em vista a necessidade de milhares de pessoas em conseguir acesso à terra (França; Melquesedeque, 2012, p. 2).

Em meio a essa realidade complexa, por volta da década de 80, os camponeses puderam contar com um apoio importante, visto que “Um dos movimentos sociais mais representativos que nasceu nesse processo foi o MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. As referências históricas sobre sua origem são as ocupações de terras” (Fernandes, 2012, p. 13). Esse movimento representa uma das maiores manifestações feita até os dias atuais, o qual tem muita importância para os agricultores, visto que, por meio dele, foram organizados protestos contra a expulsão de camponeses das terras, bem como sobre a privatização das terras que lhes pertenciam:

O MST é parte desta luta do campesinato brasileiro, mas, sem dúvida alguma, o principal desses movimentos, por ter uma organização mais sólida, de caráter nacional. É aquele que está soldando a possibilidade de vitória da luta destes diferentes setores que formam o heterogêneo campesinato brasileiro. O MST, por isso mesmo, é um movimento social jovem, que nasceu no início dos anos 80 e tem como binômio de ação a lógica acampamento-assentamento (Oliveira, 2021, p. 196).

Isso posto, vê-se que “O modelo colonial no Brasil se constituiu por meio de três componentes fundamentais na organização social, quais sejam: a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo” (Miralha, 2006, p. 152). De fato, muitos indivíduos lutaram nessa época — e muitos permanecem lutando — para conquistar o direito de obter suas terras e conseguir sustento familiar. Dessa forma, as divisões desses elementos se mostraram um grande empecilho para os assentados, no que diz respeito ao espaço e à luta pelas terras. Desse modo, no próximo tópico, falaremos sobre a questão agrária em nosso país.

4 OS PROCESSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Nessa parte, abordaremos os processos metodológicos que constituem nosso trabalho, bem como os resultados que obtivemos e as discussões que traçamos a partir dos dados coletados.

4.1 Caracterização, *lôcus* e sujeitos da pesquisa

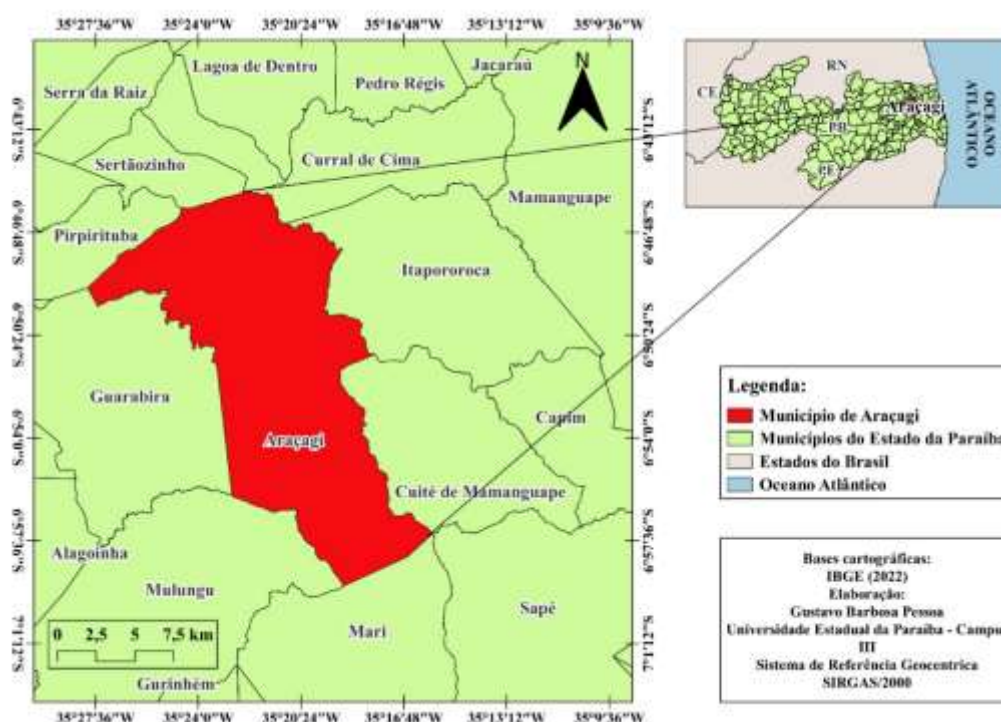
A presente pesquisa corresponde a um estudo que se fundamenta em uma pesquisa documental, envolvendo dados primários e secundários. Além disso, esse estudo apresenta um viés bibliográfico. De acordo com (Marconi; Lakatos, 2002 p. 61), a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos escritos ou não constituídos, o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser recolhidas no momento ou depois em que o fato ou fenômeno ocorre. Ainda conforme as autoras,

a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc. [...] sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicados, quer gravadas (Marconi; Lakatos, 2002 p. 71).

Desse modo, foi possível obter informações de como vivem os agricultores familiares do Assentamento de Santa Lúcia (nosso *lôcus*), desde o momento em que começaram a se envolver na agricultura até o contexto que se encontram atualmente. Além disso, conseguimos destacar o trabalho dos agricultores na produção de produtos agrícolas, os quais se empenham em plantar, seja para consumo próprio ou para a venda dessas mercadorias.

No que tange aos sujeitos envolvidos na pesquisa, contamos com as contribuições de alguns moradores do Assentamento de Santa Lúcia², os quais, em seus relatos, apresentam histórias de muita luta e determinação para conseguir o “pedaço de chão” para a subsistência da agricultura familiar na referida localização. Sendo assim, visando preservar a identidade das pessoas entrevistadas, utilizaremos as seguintes nomenclaturas: **Moradora 1**, **Moradora 2**, **Morador 3**, **Agricultora aposentada 1**, **Agricultora aposentada 2** e **Liderança Sindical**. A seguir, para alcançarmos uma melhor compreensão sobre os relatos dos moradores, apresentaremos, de forma breve, o *lôcus* da pesquisa.

Figura 1 – Mapa da cidade de Araçagi-PB



O Assentamento de Santa Lúcia está localizado na zona rural do município de Araçagi-PB (Figura 01). De acordo com o *site* da prefeitura³, a cidade surgiu em meados do século XVIII, no momento que a região hospedava mercadores e tangerinos de gado que realizavam transações em Mamanguape, Marí e os sertões da Província da Paraíba.

Santa Lúcia possui uma área de 1.041 hectares de terra, sendo constituído por mais de 100 famílias assentadas e algumas famílias agregadas. O assentamento recebe esse nome em razão de uma fazenda que existia no local, chamada de “Fazenda Santa Lúcia”; logo, o nome foi substituído por “Assentamento de Santa Lúcia”. Sobre o assentamento em questão, vale ressaltar que

² As entrevistas foram feitas de maneira oral, então as falas foram transcritas de modo a preservar o sentido fiel do que foi relatado pelos moradores. Sendo assim, não realizamos a reescrita desses relatos e, por isso, há marcas linguísticas da oralidade.

³ Disponível em: <https://www.aracagi.pb.gov.br/a-cidade/historia>. Acesso em: 04 dez. 2023.

surgiu inicialmente da resistência de vinte e seis trabalhadores/as, que com o apoio do MMT e do Sindicato dos Trabalhadores de Araçagi/PB, da Igreja Católica, através da CPT, utilizou das reivindicações para a realização da ação da ocupação da terra e a transformação de um assentamento rural (Borges, 2014, p. 34).

Figura 2 – Vista de cima do Assentamento de Santa Lúcia



Fonte: Portal Araçagi, 2023.⁴

Diante disso, realizamos uma pesquisa sobre o assentamento em relação à vivência e à luta dos agricultores pela posse da terra, ou seja, a luta que eles enfrentaram para adquirir as terras para sustento próprio e de seus familiares. Diante disso, é preciso ressaltar que “Através da organização dos trabalhadores contra a expulsão da terra e reivindicação de seus direitos é que se iniciou a luta (Borges, 2014, p. 34). No entanto, ainda conforme Borges (2014), os agricultores enfrentaram muitos obstáculos em meio a essa luta. Desse modo, embora as dificuldades tenham dificultado o processo de conquistas das terras, os agricultores não desistiram, o que exigiu deles não somente determinação, mas também união, para que, coletivamente, eles conseguissem alcançar o grande objetivo: a posse das terras.

Isso posto, a pesquisa a seguir traz os relatos vividos por alguns moradores que residem em Santa Lúcia, os quais participaram da luta em busca dos seus direitos pela terra. Entre eles, contamos com a participação de um morador que fez parte dessa luta pela terra e, hoje, é uma liderança sindical. Na figura 2, vê-se todo o território ocupado.

⁴ Disponível em: <https://portalaracagi.com.br/assentamento-santa-lucia-de-aracagi-celebra-27-anos-confira-a-programacao-das-comemoracoes/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

Figura 3 – Mapa do Assentamento de Santa Lúcia



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A seguir, apresentaremos os métodos utilizados para produzir a parte mais prática da nossa pesquisa, ou seja, as entrevistas com pessoas do Assentamento de Santa Lúcia.

4.2 A conquista pela terra

Primeiramente, é importante destacar que “Os marcos históricos que levou a(sic) desapropriação da terra do PA Santa Lúcia, diferente dos demais, não se originou de uma ocupação de terra, uma vez que os trabalhadores já exerciam atividades agrícolas na terra como ‘funcionários’” (Borges, 2014, p. 34). Em vista disso, entrevistamos alguns moradores que estão, de forma direta, ligados a tal processo, como veremos a seguir.

A **Agricultora aposentada 1** é nascida e criada no Sítio Canafístula, localizado na zona rural da cidade de Araçagi-PB. Ela é uma das agriculturas que lutou pela posse das terras no Assentamento de Santa Lúcia, juntamente com sua filha, **Moradora 1**, e alguns outros residentes do assentamento, como a **Agricultora aposentada 2**.

Em todo seu trabalho na agricultura do Assentamento, a Agricultora aposentada 1 contou com a parceria de seu esposo. Assim como a mãe, a Moradora 1 nasceu no Sítio Canafístula e hoje reside em Santa Lúcia e teve sua participação na luta a partir do grupo da comunidade e, em seguida, fazendo parte da equipe Pastoral Rural da Terra em Guarabira-PB.

Os entrevistados contam como foram suas participações pelas posses das terras para os agricultores locais. Isso posto, a **Agricultora aposentada 1** e a **Moradora 1** relatam que o Assentamento de Santa Lúcia era terra de um importante fazendeiro da região, local em que alguns agricultores familiares trabalhavam. Nessa época, o acordo entre o fazendeiro e os trabalhadores era este: a troca da mão de obra das famílias por um lugar para viver. Nesse acordo, os trabalhadores eram

proibidos de criar qualquer tipo de animal. O relato da **Agricultora aposentada 1** conta um pouco mais dessa época:

Agricultora aposentada 1: A gente plantava cana, plantava agave, era uma terra que produzia, mas os moradores não tinham direito de criar nem uma galinha. Porque ele queria que a terra ficasse beneficiada para eles plantarem as coisas, a gente arrancava o toco, botava o roçado e deixava a terra em ordem não pagava renda, e por isso ele queria a mão de obra dos trabalhadores para ser beneficiado (Dados da pesquisa, 2023).

O papel da **Moradora 1**, como ela expõe no trecho a seguir, era o de identificar em quais locais estavam localizadas as famílias e fazer um levantamento sobre os moradores e suas necessidades, bem como o que eles estavam passando e o que precisavam.

Moradora 1: Foi feito um levantamento e encaminhou-se algumas questões pro sindicato porque teve uma reunião que o proprietário convocou todo mundo e queria assinar as carteiras do pessoal a partir daquele tempo que ele estava aqui e depois a gente começou as reuniões, as visitas no INCRA, reunião no sindicato, a gente se reuniu no sindicato, porque aqui a gente não podia se reunir. Ou então lá dentro do mato escondido e na casa de alguns moradores (Dados da pesquisa, 2023).

Sobre isso, a **Moradora 2** complementa:

Moradora 2: Com um certo tempo, ele começou a não querer mais empregados, pois a vigilância tinha ido na fazenda e não podia trabalhar ninguém clandestino, tinha que assinar as carteiras do pessoal. Meu esposo tinha 19 anos de trabalho e tinha muitos outros trabalhadores. Meus filhos junto com outros foram atrás de um advogado e ele disse que tinham direitos, pois foram nascidos e criados lá, a gente criamos nossos filhos aqui, cresceram e foram trabalhar para o patrão também (Dados da pesquisa, 2023).

Conforme a **Moradora 2**, foi a partir desses fatos que deu início à busca pelo pedaço de terra, visto que o patrão queria expulsar todos das terras por não aceitar o acordo de assinar as carteiras de trabalho da maneira que foi proposto. Os trabalhadores e seus filhos se recusaram a aceitar, pois tinham medo dele assinar e, com um ano, expulsá-los do local, uma vez que ainda não tinham para onde ir. Dessa forma, eles foram em busca dos seus direitos de trabalho:

Moradora 2: nós fomos atrás logo dos direitos trabalhistas com o advogado doutor Teles e o advogado dos direitos humanos Doutor João Camilo. Tivemos apoio também do Pe. Mauro da paróquia de Araçagi e do Pe. Luiz de Guarabira, tivemos alguns apoiadores, mas precisava de mais (Dados da pesquisa, 2023).

As reuniões eram feitas às escondidas do fazendeiro, pois ele não queria manifestações como essas em suas terras. Foram feitas mil e onze reuniões.

Moradora 2: as reuniões que era feita na igreja foram irrompidas e começamos a nos reunir às escondidas aqui na minha casa, a missa era aqui também vinha os padres, os trabalhadores. A gente tinha muito medo, até pra pegar carro se juntava uma turma (Dados da pesquisa, 2023).

Dentro da luta, a **Agricultora aposentada 2** foi a única mulher no meio de 18 homens, já que as demais ajudavam por fora. Sobre essa época, ela relata:

Agricultora aposentada 2: o fazendeiro queria colocar a gente pra fora sem direito a nada... eu morava em uma casa de taipa dentro dos matos... tinha medo das outras mulheres entrarem... medo de bala. [...] Queria derrubar minha casa com um trator, me expulsar junto com minha família, passamos muita fome... (Dados da pesquisa, 2023).

A luta pela posse das terras começou no ano de 1992, quando o fazendeiro começou a vender as terras e a expulsar os moradores, na época em que a **Agricultora aposentada 1** tinha o movimento das mulheres. Esse movimento tratava de ajudar os moradores da região. Com muita determinação, foi dado, pelo juiz, 50 hectares de terras, espaço em que foi construído o roçado comunitário. Segundo a **Agricultora aposentada 1** e a **Moradora 1**:

Agricultora aposentada 1 e Moradora 1: Foi feito um roçadinho comunitário, que foi plantando, ajudando as mulheres fazendo o grupinho de costura, de criação de porco, plantação de batata, milho, essas coisas, só lavoura de subsistência. Aí quando o “cabra” descobriu, pronto! Ninguém pôde mais fazer nada. (Dados da pesquisa, 2023).

Sobre isso, a **Moradora 2** acrescenta:

Moradora 2: a gente não sabia fazer nada, a não ser trabalhar na terra. Enquanto não tinha nada resolvido, resolvemos fazer um roçado comunitário com ajuda do presidente do sindicato que já era Josué na época que arrumou um trator e algumas sementes. O proprietário descobriu que a gente estava fazendo esse roçado comunitário e mostramos a ele a liminar que o juiz deu, tudo carimbado, pra ele ver que podíamos trabalhar em 50 hectares de terras. Mas, vigias foram colocados para olhar nossos passos, começaram a destruir nossas plantações, colocavam os gados para destruir tudo, fomos ameaçados. Foi muito difícil a gente conseguir sobreviver com esse roçadinho (Dados da pesquisa, 2023).

A **Liderança Sindical** começou a participar a pedido dos moradores do local, conforme ele enfatiza: “me chamaram... vieram no sindicato, um senhor [...] e mim falou o que estava acontecendo, que estavam proibindo de várias coisas, querendo expulsar o pessoal... foi quando eu comecei a participar” (Dados da pesquisa, 2023).

Nesse contexto, a **Agricultora aposentada 2** complementa: “Meu esposo junto com os outros homens tiravam o gado toda vez que ele colocava... a gente aguentava tudo calado” (Dados da pesquisa, 2023). De acordo com as entrevistadas, começaram as perseguições, pois o fazendeiro não queria dar as terras aos moradores. Segundo a **Moradora 1**, “Aí já foram as perseguições. Mas a gente continuou assim mesmo. Fomos condenados, muita carreira, muita perseguição e foi condenado vinte trabalhadores” (Dados da pesquisa, 2023).

Sobre isso, a **Liderança Sindical** acrescenta:

Liderança Sindical: Foram 18 trabalhadores processados... eu mesmo fui processado várias vezes, fui ameaçado de morte e algumas pessoas também... cheguei a ser condenado a 12 anos de cadeia na época assim como outros trabalhadores. Só que quando a gente foi condenado... quando o promotor pediu a condenação... demos sorte! Porque tinha criado uma vara especial pra cuidar só de conflitos agrário, aí aqui perdeu a competência. Nós fomos pra João Pessoa e lá o processo foi arquivado (Dados da pesquisa, 2023).

Vale ressaltar que os moradores foram condenados, pelo fato de o patrão relatar que estavam invadindo as terras dele. A situação ficou tão complexa que ninguém podia entrar e nem sair da fazenda, havendo vários processos contra os trabalhadores. Apesar de tudo isso, os moradores não desistiram. Os funcionários da fazenda não queriam riquezas, mas só um pedacinho de chão para trabalhar em conjunto com suas famílias e obter o mínimo para sobreviver. Acerca das dificuldades enfrentadas nessa fase, a **Moradora 2** ressalta:

Moradora 2: Foi uma luta muito grande, tudo pai de família sem ter nada, o que a gente tinha era somente o dia que trabalhava e durante essa luta ele cortou o trabalho do povo, foi onde tudo ficou mais difícil, porque o advogado do proprietário dizia que nós não tinha direito de nada” (Dados da pesquisa, 2023).

Em acréscimo, a **Liderança Sindical** evidencia: “Nós entrávamos com recursos, íamos ao jornal, ao INCRA... uma briga ‘educada’ sem chegar as vias de fatos” (Dados da pesquisa, 2023).

De acordo com a **Moradora 1**:

No início foram 25 agricultores e pra pedir a terra tinha que ser muita mais gente, mas assim a gente pediu, aí quando chegou no dia, a quantidade de família era pouca, que é muita terra pra pouca gente aí começamos a ampliar e eu convidar o pessoal pra vim. Aí cada um trouxe um parente, um irmão, um tio que já conhecia, que já trabalhava aqui, eu sei que duramos mais de três anos (Dados da pesquisa, 2023).

Na época, tinha que ser cem assentados, para ser possível conseguir e, então, dividir as terras entre eles. No início, foram feitas apenas 25 assinaturas (figura 4), número insuficiente para continuar com a luta pela conquista das terras.

Figura 4 – Lista das primeiras pessoas na luta



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Ao se deparar com a situação de expulsão dos familiares, elas resolveram, junto com alguns moradores, combater esse impasse.

Agricultora aposentada 1: aí a gente falamos com os moradores de lá se eles queriam mesmo enfrentar a luta pra ficar lá ou “afrouxar a mão”, aceitar a proposta do fazendeiro dele vender, e dar um dinheiro pra sair pra ir morar na cidade. Juntou-se uma turma de morador lá e foi fazer uma reunião no sindicato e todos combinaram de resistir na terra e junto com o INCRA, conversando com eles, vamos ver se nós impedimos desse homem vender essas terras porque se vender está todo mundo na rua, né? Passando fome, porque é rua pra quem tem rua, aí assim, eles combinaram e aceitaram e a gente formamos a luta (Dados da pesquisa, 2023).

Conforme a **Liderança Sindical**, para chegar a um acordo, foi-lhe oferecido alguns pertences pelo fazendeiro:

Liderança Sindical: No início o fazendeiro mandou me procurar... me ofereceu na época 10 mil reais, 10 hectares de terra em qualquer propriedade dele e uma Saveiro nova com nota fiscal. Para que eu fizesse um acordo com os agricultores... era 26 pessoas dava 360 hectares. Chamei o povo pra conversar e aceitaram a proposta. Mas, eu falei pra eles. Se a gente fizer esse acordo, vocês vão receber só a terra, terão que sair nas "carreiras" derrubar as casas de vocês, pra construir. E a gente aqui na luta, vamos ganhar a nossa casa. Eu convenci as pessoas a não aceitarem o acordo. E assim, continuamos (Dados da pesquisa, 2023).

Sendo assim, o INCRA e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com o governo, combinaram de comprar a as terras do fazendeiro para dá aos agricultores e assim foi feito. A Moradora 1 contribui: “O INCRA comprou as terras e assentou os moradores” (Dados da pesquisa, 2023).

Foram distribuídos 10 hectares para cada assentado. Sendo assim, a Moradora 1, com a Liderança Sindical, trouxe alguns projetos para os assentados, como a energia, um carro para associação, um trator, entre outros benefícios. Dessa forma, os trabalhadores obtiveram seus pedacinhos de chão.

Agricultora aposentada 1: O que a gente colhia era para comer mesmo, a família era grande eu tinha 9 filhos, o que a gente plantava só dava pra família mesmo e vendia pouca coisa, guardava/armazenava pra comer durante o ano e dava pra quem precisava também. Quando se começa a trabalhar em assentamento já vai quase sem nada, depois que pega a produzir de dois anos em diante. Quando eu tinha mais saúde ajudava em outros conflitos como em Bananeiras, Sapé, Serra da Raiz entre outros lugares (Dados da pesquisa, 2023).

É importante ressaltar que essa luta começou no de 1992 e só foi concluída em 1996, quando todos os assentados receberam, do governo, 10 hectares de terra — no total de 1.000 hectares. Todo esse conflito foi no intuito de que os agricultores familiares continuassem com as terras, plantando e colhendo dos seus trabalhos. A Agricultora aposentada 1 ressalta a importância que foi o combate das terras.

Agricultora aposentada 1: porque tem os sem-terra, Movimento Sem Terra eles invadem, o que é diferente da nossa categoria, que é lutar pela terra, lutar pela posse da terra, mas pra garantir os moradores a não sair de onde morava... era tudo agricultura familiar, o plano da gente era esse, das famílias assentadas ter o que comer e o que sobrar vender (Dados da pesquisa, 2023).

Ainda sobre esse assunto, a Liderança Sindical acrescenta:

Quando a terra foi desapropriada, receberam logo uma cesta básica de mil e oitenta reais 5 meses de cesta básica e dentro desses cinco meses, começaram a construir as casas...quando desapropriou, ficou uma área de cana... com isso colocou energia, comprou um trator. [...] Valeu a pena... quase todos os dias estávamos em João Pessoa... fazendo pressão para adiantar o processo... me arrependo de algumas coisas, mas faria tudo novamente (Dados da pesquisa, 2023).

A **Moradora 2** acrescenta: “Mas nunca houve agressão de nossa parte, a gente queria conquistar tudo conformes os nossos direitos. Só conseguimos as coisas ficando juntos, porque sozinho ninguém consegue nada. Hoje estamos no céu” (Dados da pesquisa, 2023). No contexto, a Agricultora aposentada 2 relembra: “Quem nos socorria era a Moradora 1, que trabalhava em Guarabira e pedia ao povo alimentos e trazia pra gente... foi uma luta justa” (Dados da pesquisa, 2023).

A posse das terras aconteceu no dia 12 de julho de 1996 e tal dia é comemorado todos os anos pelos moradores com missa, muita alegria e festa (Figura 5). Atualmente, o Assentamento de Santa de Lucia está sendo projetada para ser uma Agrovila.

Figura 5 – Santa missa em Santa Lúcia, a comemoração de seu aniversário e a casa na qual as reuniões eram feitas



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A partir das falas dos moradores e agricultores, percebemos as dificuldades existentes no processo de ter seu próprio pedaço de terra. Após alguns anos, foi possível comemorar junto dos companheiros de luta e vislumbrar um futuro mais livre e igualitário de quem faz da terra seu sustento. Nesse contexto, no próximo tópico, abordaremos sobre a produção da agricultura familiar.

4.3 Produção da agricultura familiar: desafios dos agricultores na subsistência

Atualmente, os produtos que giram em torno da agricultura familiar de Santa Lúcia são produzidos por pequenos proprietários de terra que se baseiam na colheita de banana, cará, inhame, macaxeira, tomates e jilós (para o consumo próprio), abacaxi, entre outras lavouras, como feijão, quiabo e milho. Vale apontar que a água para irrigar as lavouras vem do rio Quandú, o qual passa por Santa Lúcia. Alguns agricultores que fizeram parte da posse das terras já vieram a óbito, porém suas terras estão na posse de parentes. Cada proprietário que recebeu as terras trabalha na agricultura, trabalho responsável pelo seu sustento, pois os produtos cultivados na terra servem tanto para o próprio consumo quanto para venda.

Figura 6 – Plantação de banana, de macaxeira, de abacaxi e o Rio Quandú



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A partir da pesquisa realizada, observamos que alguns trabalhadores colocam um tipo de veneno “fraco”, para que os bichos não comam toda plantação — principalmente a de tomates — e para atingir um crescimento mais rápido na produção de algumas lavouras. Por outro lado, alguns agricultores relataram que não colocam nenhum tipo de agrotóxico, por mais que isso dificulte o processo, deixando o cultivo mais demorado.

É de suma importância salientar que uma parte dos agricultores vende suas lavouras para cooperativas. Nesse viés, o cooperativismo agrícola funciona como uma rede de apoio, em que se cria uma sociedade de agricultores que se unem por um interesse em comum. Nesse cenário, todos exercem um papel importante para garantir os benefícios para os membros, além das responsabilidades individuais de cada produtor (UNAPEL, 2021).

Vale esclarecer que também há agricultores que não fazem parte da cooperativa. Esses trabalhadores mais consomem do que vendem os produtos plantados, pois, geralmente, só vendem o pouco que resta. A exemplo disso, temos o **Morador 3**, o qual está no campo há 24 anos e não faz parte da cooperativa, tendo em vista que foi uma decisão dele não entrar no grupo. Segundo ele,

Morador 3: os benefícios que nós temos aqui é algum projeto que se faz encaminhado pelo INCRA, porque somos assentados. Uma cerca, construção de barreiros... as minhas lavouras não são vendidas para a cooperativa, e sim para o atravessador, ou seja, aquele que dá certo no preço (Dados da pesquisa, 2023).

Por meio dessa pesquisa, realizamos um levantamento de algumas dificuldades que muitos agricultores passam no campo, principalmente os pequenos proprietários. Como exemplo, podemos citar o custo de contratar um trator e conseguir dinheiro suficiente para comprar itens de extrema importância, como a compra de óleo

para lubrificação do motor, a compra de motores, os canos para irrigação, entre outros. Contudo, apesar dos desafios, foi possível observar a felicidade estampada em seus rostos por todos os anos de luta, por todo trabalho diário, pelas terras em que residem e, conseqüentemente, por todas as conquistas alcançadas graças aos seus suores, que permitiram a essas pessoas terem o que comer e renda para sobreviver com dignidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como motivação parentes próximos que atuaram na agricultura familiar. Com base em tal pensamento, e em outros trabalhadores que dependem de do campo para sobrevivência, que foi feito um estudo no qual buscou conhecer a história da luta e da conquista pela posse da terra dos agricultores familiares do Assentamento de Santa Lúcia, no município de Araçagi-PB.

Ademais, em tal pesquisa, foi possível conhecer relatos vividos por pessoas que entraram na luta em busca dos seus direitos. Além de descrever os desafios que enfrentaram e enfrentam até os dias atuais. Como resultado, percebemos como a agricultura se torna importante para a sociedade, pois contribui com grande força de trabalho, no que corresponde à atuação dos agricultores no plantio de produtos essenciais para a manutenção dos seres humanos.

Por essa razão, quando se fala de agricultura familiar, estamos falando de pessoas da mesma família, podendo ser do pequeno ao maior grupo agricultor. Nesse cenário, a partir desse estudo, foi possível conhecer histórias verídicas vivenciadas pelos agricultores do Assentamento de Santa Lúcia, as quais estão permeadas pelas experiências desses indivíduos que dedicaram (e alguns ainda dedicam) suas vidas ao trabalho no campo.

Contudo, é de extrema importância ressaltar que os agricultores enfrentaram muitos desafios antes de possuírem suas próprias terras. Dito isso, desde o período colonial, muitos agricultores sofreram com as problemáticas que não permitiam que esses indivíduos possuíssem terras próprias, a exemplo da criação da Lei de Terras, entre outras questões.

No entanto, esses trabalhadores também se depararam com suporte ao longo do caminho, como a criação do MST, que representou uma força notável em meio a essa luta pela posse de terra. Sob essa ótica, a união dos agricultores foi o elemento mais importante, pois, graças a isso, eles não desistiram de lutar para alcançar o sonhado objetivo de possuir terras para cultivar produtos alimentícios e, assim, obter sustento para eles e seus familiares.

Desse modo, destacamos, mais uma vez, o importante papel que a agricultura familiar representa em nosso país. Graças a esse ofício, alimentos indispensáveis chegam todos os dias aos lares brasileiros, bem como são vendidos para fora do país. Sendo assim, esperamos que esse estudo sirva como base teórica de reflexão sobre a importância da agricultura e dos agricultores para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **INCRA**. [Brasília]: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/>. Acesso em: 20 set. 2023.

BREITENBACH, R. Participação econômica das atividades de subsistência na agricultura familiar. **Redes**, Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 1, p.53-65, jan./abr., 2018p. 53-65, 2018.

COOPERATIVAS agrícolas: como funcionam e qual sua importância. **UNAPEL**, 2021. Disponível em: <https://unapel.com.br/blog-cooperativas-agricolas/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

FERNANDES, B. M. A territorialização do MST- movimento dos trabalhadores rurais sem-terra. BRASIL. **Revista Nera**, [S./], n. 1, 2012.

FRANÇA, D. I. P; MELQUISEDEQUE, P. S.S. A política de reforma agrária dos governos FHC e Lula e seus rebatimentos na região do brejo. **In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária** “territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia – MG. Outubro, 2012. p. 1 – 17.

França, Diego Pessoa Irineu de. Teologia da Libertação e Práxis: memórias territoriais de lágrimas e luta pela terra na região de Guarabira- Curitiba: CVC, 2020. 146 p.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária** (São Paulo. Online), n. 8, p. 73-98, 2008.

HURTIENNE, T. Análise socioeconômica dos sistemas de uso de terra por pequenos produtores agrários na Amazônia Oriental. **Novos Cadernos NAEA**, [S./] v. 7, n. 2, p. 191272, dez., 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html/>. Acesso em: 13 de out. 2023.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5ª ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, J. S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. IN: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINS, J. S. **Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil**. Santiago do Chile: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, 2001

MELLO, P. F. **Assentamentos rurais no Brasil**: uma releitura. Brasília, DF: Embrapa, 2016.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**. Presidente Prudente. n 8, p. 151-172, 2006.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFBP, 1997.

MOREIRA, Emilia. **Por um Pedaco de Chão**. João Pessoa: Editora Universitária/UFBP, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, set. 2001.

PICCIN, Marcos Botton. Assentamentos rurais e geração de rendas: posição social restringida, recursos socioculturais e mercados. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.21, n.1. p, 115-141, 2012.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SORJ, B. **Estado e classes na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA

Questionário para pesquisa

1. Nome dos entrevistados.
2. Quando deu início a luta pela terra em Santa Lúcia?
3. E por qual motivo começou?
4. Como foi a sua participação no meio da luta?
5. O que tiveram que enfrentar?
6. Quais foram os maiores desafios?
7. Pensaram em desistir?
8. Quantas pessoas estavam presentes na luta?
9. Tiveram ajuda? Se sim, de quem?
10. Quando finalmente aconteceu a posse das terras? Que dia?
11. Quanto tempo durou?
12. Quantos hectares foram concedidos a vocês?
13. E os produtos que gira em torno da agricultura familiar de Santa Lúcia, quais são?
14. E as dificuldades que enfrentam na agricultura? E os benefícios?
15. Sobre a venda das mercadorias, como funciona?
16. Como você retrata a luta até os dias atuais?

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus por ter me dado a oportunidade de realizar mais um sonho — ingressar em uma universidade e, agora, formar-me. Agradeço, também, por Ele ter me dado forças para continuar quando eu pensei em desistir. Quero agradecer a todo o apoio da minha família, que sempre torce por mim. Em especial, externo minha gratidão aos meus pais por todo suporte, por toda luta, principalmente, minha mãe, que não teve estudo, mas sempre me incentivou a buscá-lo; obrigada por vibrar comigo por cada conquista realizada ao longo da vida, agradeço, imensamente, por lutar por mim e comigo.

Não poderia deixar de agradecer à minha irmã, por estar sempre comigo e por ser uma grande ouvinte e confidente. Quero agradecer, também, à minha vó, que me ajudou com gestos tão simples, mas que foi de grande importância na minha vida; uma mulher simples com o coração enorme.

Um agradecimento especial ao meu noivo, por ter me apoiado desde o momento em que ingressei na universidade, por não deixar que eu desistisse quando as coisas começavam a "apertar", por ter escutado minhas dúvidas, incertezas e enxugado minhas lágrimas. Agradeço por ser meu apoio nos momentos que mais preciso, por isso serei eternamente grata.

Nesse espaço, não poderia deixar de citar as amigas que a universidade me deu — Vitória, Luciara, Thalita, Euríbia e Hayanne — as quais estiveram comigo desde o início, sempre me ajudando e apoiando, ou seja, compartilhando ensinamentos. Ressalto que vou levá-las para sempre em meu coração. Agradeço, ainda, à minha prima Orielly, que me ajudou de uma forma que dizer apenas obrigada se torna muito pouco por tudo que ela fez, levando-me sempre aos lugares para concluir minha pesquisa, não sei o que seria de mim sem a sua colaboração.

Quero agradecer, também, a todos os professores que tive o prazer de conhecer durante esse percurso, levarei seus ensinamentos para toda vida. De modo especial, agradeço à professora Angelica Dias, por toda sua ajuda dentro e fora da universidade. Para essa grande mulher que se tornou minha inspiração, deixo aqui meu muito obrigada. Agradeço, também, ao meu orientador, Diego, que me ajudou nesses últimos períodos com suas dicas e sabedoria.

Por fim, deixo um agradecimento mais do que especial para a pessoa que foi a razão de todo meu projeto, minha tia Graça. Uma mulher batalhadora, uma mulher do campo, uma mulher simples, a qual tinha um imenso coração. Sua história na agricultura foi o incentivo que eu precisava para iniciar a minha pesquisa. Serei eternamente grata à senhora onde quer que esteja.